



APROVADA

Texto original da proposta foi elaborado pela Comissão Legislativa da Anamatra

Lei
12.440

Presidenta Dilma sanciona lei que institui Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas

A presidenta da República, Dilma Rousseff, sancionou, no dia 7, a Lei nº 12.440 que institui a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho. O texto da lei é resultado de anteprojeto de autoria da Anamatra, apresentado ao Senado Federal ainda em 2002.

A lei, que entrará em vigor em janeiro de 2012, objetiva reduzir o número de dívidas judiciais a espera de pagamento no âmbito da Justiça do Trabalho. Pelo texto, os empregadores inadimplentes na fase de execução trabalhista ficam impedidos de participar de licitações públicas, ter acesso a financiamentos públicos e empréstimos junto a bancos oficiais ou obter qualquer benefício governamental.

Toda a tramitação do projeto, iniciada ainda em 2002, mereceu atenção prioritária da Anamatra, que atuou pela rejeição de propostas que restringiam o objetivo original da CNDT, entregou notas de esclarecimentos a parlamentares da Câmara e do Senado, participou de audiências na Casa Civil, além de estar presente nas sessões legislativas em que a matéria esteve pautada.

"A Certidão será um mecanismo importante que servirá à efetividade da prestação jurisdicional", afirma o presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna. "Para a Anamatra, as obrigações trabalhistas devem ser prioritárias, assim como é com as questões tributárias e previdenciárias, já que o crédito trabalhista é privilegiado", explica.

Para o ex-presidente da Anamatra, Luciano Athayde Chaves, responsável pelo texto do anteprojeto elaborado pela entidade em 2002, época em que integrava a Comissão Legislativa da Associação, a certidão é um avanço para a Justiça

do Trabalho. "A certidão veio para preencher uma lacuna, já que não há norma que obrigue a comprovação de regularidade trabalhista para praticar importantes atos da vida empresarial, especialmente aqueles vinculados com o Poder Público", disse.

Segundo Athayde, a certidão vem para corrigir uma gritante distorção já que para que uma empresa, por exemplo, possa participar de licitações públicas de qualquer valor, receber financiamentos públicos, alterar bases sociais e onerar seu patrimônio é necessário, basicamente, apresentar as certidões negativas de débitos previdenciários e fiscais, exigência legal em vigor há mais de uma década.

Justiça em Números

A CNDT é importante também para sanar o gargalo da Justiça do Trabalho na atualidade: a fase de execução. Dados do relatório "Justiça em Números", do Conselho Nacional de Justiça, mostram que a Justiça do Trabalho, na fase de conhecimento, apresenta índices de congestionamento inferiores aos obtidos na fase de execução: são 34,1% contra 59,6%, em um universo de seis milhões de processos julgados no ano de 2009, incluindo os casos pendentes dos anos anteriores.

Previdência

A Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas inspirou-se na Certidão de Débitos Negativos Previdenciários, mecanismo que, de modo semelhante, não permite ao inadimplente com as contribuições da Previdência contratar ou obter qualquer benefício do setor público.

EXPEDIENTE

PRESIDENTE: **Renato Henry Sant'Anna**
(Amatra 15/Campinas e Região)

VICE-PRESIDENTE: **Paulo Luiz Schmidt**
(Amatra 4/RS)

SECRETÁRIO-GERAL: **Fabrizio Nicolau dos Santos Nogueira** (Amatra 9/PR)

DIRETOR ADMINISTRATIVO: **João Bosco de Barcelos Coura** (Amatra 3/MG)

DIRETOR FINANCEIRO: **Gilberto Augusto Leitão Martins** (Amatra 10/DF e TO)

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: **Cléa Maria Carvalho do Couto** (Amatra 1/RJ)

DIRETOR DE PRERROGATIVAS E ASSUNTOS JURÍDICOS: **Vitor Leandro Yamada**
(Amatra 14/RO)

DIRETOR DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS: **Germano Silveira de Siqueira**
(Amatra 7/CE)

DIRETOR DE FORMAÇÃO E CULTURA: **Narbal Antônio de Mendonça Fileti**
(Amatra 12/SC)

DIRETOR DE EVENTOS E CONVÊNIOS: **André Machado Calvancanti** (Amatra 13/PB)

DIRETOR DE INFORMÁTICA: **Valter Souza Pugliesi** (Amatra 19/AL)

DIRETORA DE APOSENTADOS: **Terezinha Célia Kineipp Oliveira** (Amatra 10/DF e TO)

DIRETOR DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS: **Marcos Neves Fava** (Amatra 2/SP)

CONSELHO FISCAL: **Viviane Maria Leite de Faria** (Amatra 5/Bahia), **Luciana Paula Conforti** (Amatra 6/Pernambuco), **Leonardo Ely** (Amatra 24/Mato Grosso do Sul); SUPLENTE: **Adib Pereira Netto Salim** (Amatra 17/Espírito Santo)

CORRESPONDÊNCIAS:
SHS Qd 06 Bl E Conj A Salas 602/608
Brasília/DF CEP: 70316-000
NA INTERNET: www.anamatra.org.br
CONTATO: (61) 3322.0266 / 3321.7388
imprensa@anamatra.org.br

REDAÇÃO, EDIÇÃO E JORNALISTAS
RESPONSÁVEIS: **Mariana Monteiro**
(7859/DF) e **Viviane Dias** (22651/RJ)

MARKETING: **Adriana Zetula**

REVISÃO: **Alessandro Lisboa** (4053/DF)

DIAGRAMAÇÃO: **Clarissa Teixeira**
(61) 9202.3012

IMPRESSÃO: **Capital Gráfica e Editora**

TIRAGEM: 4.700

Carta ao associado



Colegas,

Tenho a alegria de lhes dirigir a palavra em mais uma edição do Jornal Anamatra. Agora no exercício da Diretoria Legislativa da Anamatra quero ter também a certeza e a honra de compartilhar com cada um dos colegas o sentimento de parceria e militância pelas causas comuns da magistratura e objetivos institucionais de nossa Associação, tal como estabelecido em seus estatutos.

Nosso objetivo é não só acompanhar matérias importantes que já tramitam no Legislativo, mas também resgatar o catálogo

de decisões adotadas nos últimos Conamats e que possam ser convertidas em projetos de lei a serem enviadas ao Congresso Nacional, tornando, assim, concretas as concepções dos colegas sobre os mais variados temas, a partir das formulações editadas pelos próprios juízes e aprovadas em nosso evento maior.

Já foi dentro dessa vocação, aliás, que surgiu a ideia da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, a CNDT, recentemente aprovada no Parlamento e sancionada pela Presidenta da República, além de outros projetos nascidos e que nascerão na Comissão Legislativa da Anamatra, inclusive em torno da democratização e do fortalecimento do Judiciário, cujo enfoque será ainda mais destacado proximamente.

Temas como a recomposição dos subsídios da magistratura, adicional por tempo de serviço, a luta pela manutenção do regime das férias anuais, previdência pública, além de assuntos relacionados ao universo do direito do trabalho e direitos humanos não deixarão de estar na nossa pauta institucional permanentemente.

É tempo, do mesmo modo, de apontar um caminho claro para a sociedade em defesa da valorização da magistratura e do Judiciário como sinônimo de fortalecimento da própria democracia. Um Estado que funciona sob a marca da dependência política e econômico-orçamentária dos demais poderes constituídos em relação à vontade do chefe de governo caminha para o recrutamento de gestos e posturas autoritárias, o que deve ser combatido com o esforço cotidiano de demonstrar a importância do papel institucional dos juízes e do Judiciário.

Nesse sentido, além de outras questões, assegurar a democracia no Judiciário, com reforço de sua independência estrutural (na forma de indicação de seus membros), da sua autonomia orçamentária, inclusive com a implantação de política remuneratória perene que opere o cumprimento da Constituição, já seria um grande passo. No mesmo sentido a manutenção da previdência pública.

Não é demais lembrar a necessidade de, internamente, assegurar a implantação de medidas imediatas para promoção da saúde física e mental da magistratura, bem como providências que garantam a segurança institucional dos juízes.

Alguns desses temas são tratados nesta edição. Que todos nós, com a leitura do presente Jornal, possamos refletir sobre o papel que desempenhamos na sociedade e na própria estrutura que integramos, bem assim sobre o atual contexto do Judiciário frente aos demais Poderes e o que podemos e devemos fazer para mudar esse panorama.

Boa leitura! Saudações.

Germano Siqueira
Diretor de Assuntos Legislativos

Em defesa da expansão da estrutura da Justiça do Trabalho

A Anamatra divulgou nota, no dia 8, que repele qualquer tentativa de imputar à Justiça do Trabalho traço de expansionismo irresponsável ou de não-observância de critérios técnicos em seu planejamento estatístico administrativo, principalmente no que diz respeito à ampliação das estruturas das Varas do Trabalho nas diversas Regiões do país.

Confira a íntegra da manifestação da entidade:

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entidade que reúne mais de 3600 juizes do Trabalho brasileiros, vem a público nos seguintes termos:

1. Nas últimas semanas foram aprovados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vários projetos de melhoria da estrutura da Justiça do Trabalho, com a criação de novas varas e cargos de magistrados e servidores.

2. Em meio ao natural e saudável ambiente de debates, no âmbito do CNJ, em recentes sessões, foram ventilados fatos e opiniões que, uma vez terminado o processo decisório, merecem o necessário contraponto pelos Juizes do Trabalho, representados pela Anamatra.

3. Além disso, ainda sobre o tema da estrutura da Justiça do Trabalho, também é obrigação institucional da Anamatra fazer contraponto ao teor de entrevista da Exma. Senhora Ministra Corregedora Eliana Calmon, concedida ontem em site da internet, o que é feito nos seguintes termos.

(a) Os juizes do Trabalho repelem qualquer tentativa de imputar à Justiça do Trabalho qualquer traço de expansionismo irresponsável e/ou de não-observância de critérios técnicos em seu planejamento estratégico administrativo.

(b) Ao contrário, é de causar estranheza a facilidade com que critérios técnicos e legais dos órgãos da Justiça do Trabalho (TST, CSJT e TRTs) são rechaçados ou postos em dúvida com base em comparações sabidamente infundadas e equivocadas com outros ramos do Poder Judiciário, notadamente porque a suposta falta de estrutura e ineficiência de tais órgãos, alardeadas por seus próprios representantes em sessões públicas, parece servir de argumento para um nive-

lamento em padrões não desejáveis pelo povo brasileiro.

(c) Como pontuaram nas duas últimas sessões do CNJ os representantes da OAB, se existem órgãos do Poder Judiciário com problemas estruturais, devem os respectivos Tribunais cuidar para que os níveis de excelência da Justiça do Trabalho sejam disseminados, e não o contrário. Afinal, como consta do relatório sintético do último "Justiça em Números" do CNJ (página 178): "Destaque para a Justiça do Trabalho. mais uma vez mostrando-se como ramo do Judiciário que atende com mais celeridade aos jurisdicionados".

(d) A Justiça do Trabalho tem peculiaridades marcantes; não é órgão judicial de um réu só ou de pedido único; cada caso é um caso (com múltiplos pedidos, diga-se), com processo e filosofia do contato pessoal do juiz com as partes em audiência, o que justifica plenamente a aprovação dos projetos por significativa maioria dos membros do CNJ (ainda que com cortes relevantes e discutíveis), cujas decisões devem, por óbvio, ser prestigiadas e respeitadas por seus próprios componentes.

(e) Sobre o enfoque orçamentário que a Exma. Senhora Corregedora parece dar ao aumento de estrutura da Justiça do Trabalho, convém lembrar que os dados do CNJ indicam que cada magistrado da Justiça do Trabalho "custa" 3,2 milhões de reais por ano, enquanto um magistrado da Justiça Federal, órgão de origem e padrão de comparação constante da Senhora Conselheira, "custa" 4 milhões (o número divulgado pelo CNJ resulta da divisão do valor do orçamento geral do órgão pelo número de magistrados).

(f) Os juizes do Trabalho repudiam, ainda, ilações no sentido de que os dados estatísticos por eles fornecidos teriam objetivo intencional de evitar ou desvirtuar o controle feito pelo CNJ, instando a Exma. Senhora Corregedora a cumprir sua função institucional caso tenha ciência de tais práticas.

Feitos tais esclarecimentos, os juizes do Trabalho aguardam confiantes na tramitação dos pleitos de interesse da Justiça do Trabalho no Congresso Nacional, sabedores que o CNJ seguirá na defesa dos interesses da sociedade e do Poder Judiciário eficiente e célere.

Brasília, 8 de julho de 2011
Renato Henry Sant'Anna
Presidente da Anamatra

Sobre férias e recomposição de vencimentos da magistratura

A Anamatra divulgou nota pública no dia 27 contestando as afirmações atribuídas ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Cezar Peluso, em que são defendidos 30 dias de férias para magistrados e referindo-se ao Projeto de Lei que trata da política remuneratória da magistratura (PL 7749/2010). A declaração do ministro foi divulgada pelo jornal O Globo do dia 26.

Confira abaixo a íntegra da nota:

A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), entidade que reúne mais de 3600 Juizes do Trabalho brasileiros, tendo em vista matéria divulgada na imprensa ontem, com manifestações atribuídas ao Exmo. Sr. Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), tratando de férias da magistratura e recomposição de vencimentos, vem a público nos seguintes termos:

1. Reiterar a defesa direta e transparente do direito às férias de 60 dias para os magistrados, uma vez que tal direito está incluído em sistema único que imprime aos juizes uma série de limitações pessoais e profissionais, chegando até mesmo a afastar dos magistrados direitos básicos de qualquer trabalhador.

2. Causam perplexidade, por outro lado, as declarações atribuídas ao Presidente do STF no sentido de que não fará gestões no Congresso Nacional para aprovação do projeto que trata da política remuneratória da magistratura (PL 7749/2010), já que, para tanto, ao contrário do que se passa no caso das férias de 60 dias, recebeu de seus pares Ministros delegação administrativa para encaminhar o anteprojeto ao Legislativo, bem como, como é da lógica do Parlamento, velar pelo seu rápido andamento e pelo diálogo político institucional.

Feitos tais esclarecimentos, os juizes do Trabalho aguardam confiantes que o Supremo Tribunal Federal não descuidará de sua responsabilidade na condução dos assuntos de interesse da magistratura, nem tampouco permitirá que opiniões isoladas e pessoais prevaleçam sobre prerrogativas constitucionais e do conjunto dos juizes brasileiros.

Brasília, 27 de julho de 2011.
Renato Henry Sant'Anna
Presidente da Anamatra

Magistrados espanhóis conhecem Anamatra



Foto: Arquivo Anamatra

O presidente e o vice-presidente da Anamatra, respectivamente, Renato Henry Sant'Anna e Paulo Schmidt, receberam no dia 14, visita dos magistrados espanhóis Félix Vilas e Carlos Uribe, do Conselho Geral do Poder Judiciário, órgão espanhol com função organizadora e instrumental, destinado a garantir a independência do Poder Judiciário na Espanha. A visita também contou com a presença dos juízes José Eduardo Chaves Júnior (Amatra 3/MG), juiz auxiliar do Conselho Nacional de Justiça, e Tércio Vidotti (Amatra 15/Campinas e Região).

Durante a visita à sede da entidade, os magistrados falaram sobre a importância da Justiça do Trabalho nos dois países. "É bom que haja uma justiça especializada que se dedique ao mundo do trabalho, porque os conflitos são diferentes, sobretudo porque as partes não são iguais. Há sempre uma que tem mais poder", ressaltou Félix Vilas. Na Espanha, há uma jurisdição especializada, porém todos os magistrados fazem parte de uma única carreira, podendo trocar de ramo.

Vilas e Uribe também ressaltaram a importância do conhecimento dos direitos por parte dos trabalhadores o que, segundo eles, funciona bem na Espanha, onde existem sindicatos e organizações de trabalhadores

"É bom que haja uma justiça especializada que se dedique ao mundo do trabalho, porque os conflitos são diferentes, sobretudo porque as partes não são iguais. Há sempre uma que tem mais poder"

Félix Vilas

fortes. "Os direitos básicos e fundamentais do trabalho são conhecidos pelos trabalhadores espanhóis", disse Carlos Uribe. O magistrado explicou que isso se deve também pela participação do próprio governo espanhol, que promove ações nesse sentido. "Há inclusive uma preocupação com o esclarecimento dos direitos políticos do cidadão".

O movimento associativo foi outro assunto abordado pelos magistrados, que afirmaram que, assim como ocorre com a Anamatra, há uma pre-

ocupação das entidades com as prerrogativas, mas também com questões sociais. "Parte dos membros do Conselho Geral do Poder Judiciário se elegem pelo Parlamento, por indicação das associações", contou Vilas. Segundo o magistrado, as associações são respeitadas no país e chamadas a opinar publicamente sobre diversos assuntos. "Sempre que há uma injustiça, as associações são ouvidas", ressaltou. "O movimento associativo é o que temos para defender os interesses que nos afetam", completou Uribe. Ele explicou que, assim como no Brasil, os magistrados não podem se organizar em sindicatos, tampouco participar da vida política.

Intercâmbio

Vilas e Uribe vieram ao Brasil para discutir e trocar informações e experiência sobre a atuação do Poder Judiciário e do Ministério Público no Brasil e na Espanha. Com esse objetivo, o Conselho Geral do Poder Judiciário e o Ministério Público do Trabalho promoveram em Brasília o "Seminário com Magistrados do Conselho Geral do Poder Judiciário da Espanha sobre formação de Membros". A programação do evento contou com palestras sobre a estrutura do Poder Judiciário Espanhol e o Direito do Trabalho na Espanha. *A*

Audiências e visitas

Vice-presidente do STF

O vice-presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Carlos Ayres Britto, recebeu no dia 7 em seu gabinete visita do presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, do vice-presidente, Paulo Schmidt, e do membro do Conselho Fiscal da entidade, Leonardo Ely. A presidente da Anamatra 5 (BA), Ana Claudia Scavuzzi, e o desembargador Renato Simões também participaram do encontro. Na ocasião, os magistrados discutiram com o ministro assuntos de interesse da magistratura brasileira.

Advogado-geral da União

O advogado-geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, recebeu o presidente e o vice-presidente da Anamatra, na tarde do dia 13, em seu gabinete. No encontro, eles debateram temas relativos à magistratura brasileira.

Sindiquinze e da Fenajufe

O presidente da Anamatra recebeu visita de cortesia de representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Federais da Justiça do Trabalho da 15ª Região (Sindiquinze) e da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe). O encontro aconteceu na sede da Anamatra, em Brasília, no dia 27. Também participaram da reunião o secretário-geral da Anamatra, Fabrício Nogueira, o diretor Administrativo, João Bosco Coura, e o diretor Financeiro, Gilberto Leitão.

Presidente da AMB

O presidente da Anamatra reuniu-se com o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Nelson Calandra, na tarde do dia 13. No encontro, Renato Sant'Anna tratou de vários assuntos de interesse comum, entre eles a questão da política remuneratória da magistratura, em especial tendo em vista dia de mobilização que está sendo organizado pela Frente Associativa do Magistrado e do Ministério Público da União. Pela Anamatra, também participaram da reunião o vice-presidente e o diretor Administrativo. Já pela AMB, o vice-presidente de Assuntos Culturais, Rosalvo Vieira, o coordenador da Justiça Militar, Edmundo Franca, e o coordenador da Justiça do Trabalho, Plínio Bolívar de Almeida. *Ap*



Foto: Arquivo Anamatra



Foto: Wesley Mcallister/Ascom AGU



Foto: Arquivo Anamatra



Foto: Ascom AMB

Presidente da Anamatra participa da comemoração dos 70 anos da Justiça do Trabalho no TRT do Maranhão



Fotos: TRT-MA



“O TJC é uma ferramenta extraordinária, pois não só aproxima o Judiciário Trabalhista da sociedade, como expande o campo de atuação do juiz para além das salas de audiência”

Juíza Rosemeire Fernandes

O presidente da Anamatra, Renato Sant’Anna, participou da comemoração dos 70 anos da Justiça do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região (TRT-MA). Na oportunidade, o juiz apresentou o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). “Essa iniciativa aproxima os magistrados trabalhistas da população”, destacou Sant’Anna.

A juíza Rosemeire Fernandes, coordenadora do TJC na Amatra 5 (BA) e integrante da Comissão Nacional do Programa, também falou sobre a iniciativa. “O TJC é uma ferramenta extraordinária, pois não só aproxima o Judiciário Trabalhista da sociedade, como expande o campo de atuação do juiz para além das salas de audiência”, reforçou Rosemeire.

Após a apresentação do Programa, o TRT celebrou um convênio para a execução do TJC no estado do Maranhão. A juíza responsável será Líliliana Boueres, com o auxílio do presidente da Amatra 16, Carlos Gustavo Brito Castro.

Livro infantil

Durante as comemorações do TRT-MA a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Kátia Magalhães Arruda lançou o livro infantil “Mãe, conte-me uma história”, de autoria da própria ministra. A obra traz o selo da Editora Azulejo, da Amatra 16.

“A ideia de publicar o livro surgiu depois que meus filhos pediram para escrever as histórias que costumava contar a eles”, explicou a magistrada.

A obra traz seis contos infantis baseados na vida da autora e dos filhos Gabriel, de 10 anos, que tem coautoria no conto “As vaidades dos planetas”, e Lara, de 8 anos, que pintou parte das ilustrações do livro. Muitas dessas histórias se passam na capital maranhense, onde viveram até 2008, quando a família mudou-se para Brasília onde Kátia Arruda passou a ocupar o cargo de ministra. *A*



Renato Sant'Anna discute segurança institucional dos magistrados em seminário em Alagoas

Fotos: TJ-AL



O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou do Seminário Nacional Poder Judiciário e Segurança Nacional, realizado no dia 25 em Maceió (AL). O evento foi promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com o Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ-AL).

Renato Sant'Anna participou de painel que abordou a segurança institucional dos magistrados. Sobre o tema, o presidente da Anamatra falou dos detalhes do processo trabalhista e em que esses pormenores podem afetar na segurança institucional. "O conflito trabalhista é um dos mais penosos, dos mais intensos. O nível de animosidade entre patrão e empregado às vezes supera a tensão de uma ação criminal", observou. Para o magistrado, o juiz do Trabalho também está sujeito a enfrentar ameaças no exercício de suas funções e se deparar com a ação de organizações criminosas.

Ao final de sua participação, o presidente da Anamatra voltou ao tema da competência penal dos juízes do Trabalho, ressaltando que as lides de natureza criminal no entorno do processo do trabalho devem ser decididas pela Justiça do Trabalho. "Vamos trabalhar com a AMB e a Ajufe na construção de uma divisão de competência que sirva melhor ao jurisdicionado", destacou Renato Sant'Anna.

Também participaram do painel o presidente da AMB, desembargador Nelson Henrique Calandra, e o desembargador Fernando Cavalcante, que representou a Ajufe. O painel foi mediado pelo conselheiro do CNJ Ives Gandra Martins Filho. *A*

*Com informações e fotos do TJ-AL

Magistrados aposentados e ativos reúnem-se na Amatra 10

Magistrados aposentados e ativos foram recebidos pela presidenta da Amatra 10 (DF e TO), Noêmia Porto, no dia 30 de junho, para um lanche. A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, também participou do encontro, além de membros da diretoria da Amatra 10.

A iniciativa da juíza Noemia vai de encontro à proposta de trabalho da diretora de Aposentados da Anamatra. "Busco promover, no convívio associativo, a integração de juizes ativos e aposentados com o objetivo de unir todos para garantir respeito e cumprimento às prerrogativas e direitos de toda a magistratura, seja ativa ou aposentada", revela Terezinha. "Aposentados valorizados e respeitados, sem qualquer discriminação, dá aos ativos a perspectiva de um futuro com dignidade", completa. *A*

Foto: Arquivo Amatra 10



"Aposentados valorizados e respeitados, sem qualquer discriminação, dá aos ativos a perspectiva de um futuro com dignidade"

Terezinha Kineipp

Anamatra realiza 2º Encontro de Diretores de Aposentados



Foto: Arquivo Anamatra

A Anamatra realizou no dia 6 o 2º Encontro de Diretores de Aposentados. Representantes de diversas Amatras reuniram-se com a diretoria da entidade nacional para tratar de assuntos de interesse dos magistrados aposentados. A diretora de Aposentados da Anamatra, Terezinha Kineipp, conduziu a reunião, que contou com a participação do presidente da entidade, Renato Sant'Anna, do vice-presidente, Paulo Schmidt, e dos diretores de Assuntos Legislativos, Germano Siqueira, e de Prerrogativas, Vitor Yamada.

Durante o Encontro, os magistrados discutiram a proposta de trabalho da Diretoria de Aposentados, que está focada na atuação pela aposentadoria integral, com paridade e isonomia. "A valorização dos aposentados é a garantia do respeito aos direitos e prerrogativas da magistratura e a certeza de um futuro seguro e tranquilo", ressaltou Terezinha Kineipp.

"A valorização dos aposentados é a garantia do respeito aos direitos e prerrogativas da magistratura e a certeza de um futuro seguro e tranquilo"

Terezinha Kineipp

Aposentados no TST

Os magistrados aposentados e integrantes da diretoria da Anamatra também foram recebidos pela ministra Maria Cristina Peduzzi, presidente em exercício do Tribunal Superior do Trabalho (TST). O encontro contou com a participação do ministro do TST aposentado Luciano de Castilho.

Na ocasião, a ministra recebeu as propostas da diretoria dos Aposentados, que pediu o empenho do TST para manter e garantir prerrogativas e isonomia. "Não tem de haver diferença entre magistrados em atividade e aposentados. A paridade é garantia constitucional", afirmou Peduzzi, que ressaltou que dará o apoio necessário aos pleitos apresentados pela entidade. *A*



Foto: Arquivo Anamatra

TRT da Bahia engajado em ações de responsabilidade social

O Tribunal Regional do Trabalho na Bahia (TRT-5) está engajado em ações de responsabilidade social em parceria com a Amatra 5. A proposta, segundo a presidente do TRT-5, Ana Lúcia Bezerra, é integrar ações no campo da promoção da cidadania, por meio da difusão dos direitos e garantias fundamentais, de noções de direito do trabalho, previdenciário e do acesso à Justiça. “Estamos de mãos dadas também com a Anamatra, idealizadora pioneira, não só por ser uma das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas, sobretudo, pela relevância social do projeto”, afirmou a desembargadora.

A presidente acrescenta que o TJC é o elo de ligação entre o TRT-5 e a Amatra 5 para alcance das metas em comum no campo da responsabilidade social. Ela lembra que o CNJ tem uma Meta de Responsabilidade Social para 2011 que requer a implantação de um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos. “Embora somente agora o Tribunal esteja formalizando essa ação, há muito tempo o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania conta com o apoio do Regional, cujos magistrados têm promovido atividades em escolas nos diversos bairros de Salvador e interior”, diz a magistrada, que destaca o bom trabalho das duas coordenadoras do programa na Bahia, as juízas Rosemeire Fernandes, da Vara do Trabalho de Itapetinga, que integra a Comissão Nacional do TJC, e Soraya Gesteira, titular da 2ª Vara do Trabalho de Salvador, responsável pelo programa na capital baiana.

A assinatura do convênio entre o TRT-5 e a Amatra 5 formalizando o apoio do Tribunal ao TJC é um dos resultados da atuação do Escritório de Projetos, criado em fevereiro para gerenciar as ações estratégicas do Regional. “Coordenado pela juíza Angélica Ferreira, o Escritório também vai auxiliar no alcance das metas traçadas pelo CNJ, trabalhando em parceria com a gestora de Metas no Tribunal, a desembargadora Dalila Andrade”, explica a presidente.

Ana Lúcia lembra que o TRT-5 já desenvolvia algumas ações de responsabilidade social, a exemplo de projetos como: Dia do Cidadão, Posto de atendimento no Projeto Casa de Justiça e Cidadania, Projeto Caminhar (Engraxates) e o fraldário não só para as advogadas e juízas, como para as partes. “Daí a importância da adoção de um programa como o TJC, cujos resultados expressivos, na Bahia e em outros Estados, vão ao encontro das metas de responsabilidade social”, finaliza a presidente do TRT-5. ✍️

Fonte: Ascom TRT-5



Foto: TRT-5

“Estamos de mãos dadas também com a Anamatra, idealizadora pioneira, não só por ser uma das metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), mas, sobretudo, pela relevância social do projeto”

“Embora somente agora o Tribunal esteja formalizando essa ação, há muito tempo o programa Trabalho, Justiça e Cidadania conta com o apoio do Regional, cujos magistrados têm promovido atividades em escolas nos diversos bairros de Salvador e interior”

Desembargadora Ana Lúcia Bezerra

Professores da região de Piracicaba (SP) fazem capacitação para implantar o TJC

No dia 8, iniciou-se o processo de capacitação para o Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC) para professores da Diretoria de Ensino de Piracicaba (SP). Participaram 75 professores de quatro escolas dos municípios de São Pedro, Águas de São Pedro e Santa Maria da Serra. Na região (15ª/Campinas e Região), a responsável pelo Programa é a juíza Adriene Diamantino.

Durante a capacitação foram trabalhados temas como direitos hu-

manos, trabalho escravo, trabalho infantil, bullying e assédio moral. Além disso, os professores ficaram sabendo mais sobre o funcionamento, objetivos e conteúdo do TJC. Os trabalhos em sala de aula devem ser desenvolvidos de agosto a outubro. Em novembro deve ser realizada a culminância.

“Ainda como parte da capacitação, farei pessoalmente visitas às quatro escolas participantes, no mês de agosto, para estudo dos temas

da Cartilha do Trabalhador”, conta Adriene Diamantino. Segundo a juíza, na 15ª Região cerca de 15 magistrados cooperam com o TJC.

Campinas

Já em Campinas, Adriene explica que um seminário de capacitação para as escolas de educação para jovens e adultos será realizado no fim de agosto. São 13 instituições participantes. *A*



Fotos: Arquivo Anamatra

Amatra 6 realiza curso de formação para professores



Foto: TJC PE

A Amatra 6 (PE) realizou, de 25 a 27 de junho, curso de formação para professores das escolas públicas participantes do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). O vice-presidente da Amatra, André Machado, o ex-presidente da Anamatra, Hugo Melo, e o juiz de Direito Abner Apolinário foram professores do curso. Já a presidente da Amatra 6, Luciana Conforti, e a coordenadora do TJC em Pernambuco, Carmen Richlin, ficaram responsáveis pela coordenação.

O trabalho com os alunos começará em agosto e em setembro acontecerá o tira-dúvidas nas instituições de ensino. Já a culminância será realizada no dia 18 de novembro. *A*

Alunos de escola municipal de Vitória (ES) conhecem o TJC

Cerca de 200 alunos das 7ª e 8ª séries da Escola de Ensino Fundamental Maria José Costa Moraes, na periferia da Grande Vitória (ES), receberam uma visita diferente no dia 29. Juizes do TRT-ES foram ao colégio entregar o material didático do Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC). Cada estudante ganhou um kit contendo uma pasta, camisa com a logomarca do programa, a Cartilha do Trabalhador e um encarte com informações sobre a Justiça do Trabalho do Espírito Santo.

Acompanhadas pelo diretor da escola, Lourival Raach, e pelas pe-

dagogas Iris de Lima Paula e Elaine Cristina Mota, a desembargadora aposentada do TRT-ES, Maria Francisca dos Santos Lacerda; a vice-presidente da Amatra 17, juíza Ana Paula Rodrigues Luz Faria; a representante da ArcelorMittal, Freinemar Farina de Carvalho, e a secretária da Amatra, Jaqueline Portugal, entraram nas salas de aula (foto), pela manhã, para conversar com os alunos e entregar o material do programa. Os estudantes receberam a "turma da Justiça" com entusiasmo. Para os magistrados, foi uma oportunidade de trocar experiências. "A

gente ensina e aprende ao mesmo tempo", disse Francisca.

O TJC está sendo desenvolvido no Espírito Santo pelo TRT-ES e pela Amatra 17, em parceria com a Prefeitura de Vitória e patrocínio da ArcelorMittal. A escola Maria José Costa Moraes foi indicada pela Secretaria Municipal de Educação para receber as atividades do programa devido ao bom desempenho dos seus alunos e à qualidade do seu quadro de profissionais. O programa também inclui visita dos estudantes às instalações do TRT-ES, para acompanhamento de audiências trabalhistas. *A*

Fonte: Ascom TRT-ES



"A gente ensina e aprende ao mesmo tempo"

Maria Francisca dos Santos Lacerda



Fotos: TRT-ES

Debate em escola de São Gonçalo (RJ)

Em mais uma ação do TJC no estado do Rio de Janeiro, a coordenadora regional da iniciativa, Rosilda Rocha, e o juiz Maurício Madeu estiveram no CIEP Doutor Zerbini, em São Gonçalo, Região Metropolitana da capital, em um encontro com os alunos do Ensino Médio, no dia 13. A ideia foi abrir um amplo debate com os estudantes acerca dos direitos trabalhistas.

De acordo com Rosilda, o contra-

to de estágio e os direitos das empregadas domésticas foram os temas mais demandados. Além destes, os contratos de experiência e de aprendizagem foram objetos de muitas perguntas, assim como questões relativas aos direitos devidos na rescisão do contrato de trabalho e sobre o seguro desemprego.

O debate teve a presença de diretores e professores de outras escolas de

Ensino Médio da região, convidados pela diretoria do CIEP, além das representantes da Regional Metropolitana II, Daniela e Silara. As diretoras geral e pedagógica do CIEP, respectivamente Maria das Graças Cruz e Rachel Mesquita, além da coordenadora pedagógica, Lídia Rezende, também acompanharam a atividade. *A*

Fonte: Ascom Amatra 1 (RJ)



Fotos: Humberto Paizante

LEGISLATIVO

Anamatra participa de audiência pública sobre trabalho terceirizado

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 6, na Câmara dos Deputados em Brasília, de audiência pública da Comissão Especial sobre Trabalho Terceirizado, juntamente com especialistas na área. A audiência foi proposta pelos deputados Alfredo Kaefer (PS-DB-PR), Assis Melo (PCdoB-RS) e Roberto Santiago (PV-SP).

"Eu não gostaria de falar sobre terceirização, mas sobre o Direito do Trabalho, que tem sua origem voltada para o homem", disse Sant'Anna. Para o magistrado, o debate não tem caminhado nesse sentido, mas sim na tentativa de permitir mais liberdade em tal forma de contratação. "A Anamatra é contra qualquer posição que visa estender ou flexibilizar as hipóteses de terceirização", ressaltou.

Segundo o presidente, a legislação existe para ser pensada no sentido de melhorar as condições de trabalho. "Temos que pensar: será que é desejo da sociedade brasileira flexibilizar ou breçar a terceirização?", questionou. Para o magistrado, a legislação que vai regular a terceirização não vai melhorar a situação do trabalho. "A própria denominação de trabalhador terceirizado já é um tipo de discriminação", alertou.

Na questão da responsabilidade do tomador de serviços, também abordada pelo presidente da Anamatra, Sant'Anna sustentou que ela não pode ser vista como solução ao problema da terceirização. Para o magistrado, "isso serve apenas para garantir o recebimento do valor



Foto: Ascom/ANPT

ao final do contrato, ou seja, quando o empregado já perdeu seu emprego".

Também participaram da audiência o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta, o coordenador de relações do trabalho do Ministério do Trabalho, João Cortez de Medeiros, e o professor José Pastore. *A*

*Com a colaboração e foto Ascom/ANPT

Trabalho escravo: Presidente da Anamatra defende competência penal da Justiça do Trabalho



Foto: Arquivo Anamatra

O presidente da Anamatra, Renato Henry Sant'Anna, participou no dia 7 de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal para debater a erradicação do trabalho escravo no Brasil. Os trabalhos foram conduzidos pelos senadores Paulo Paim (PT-RS) e Ana Rita (PT-ES). A audiência também marcou a instalação da Frente Parlamentar Mista pela Erradicação do Trabalho Escravo e da Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.

Em sua intervenção, Renato Sant'Anna chamou à reflexão a competência penal da Justiça do Trabalho para julgar a exploração do trabalho escravo no Brasil. "Não que os juízes do Trabalho sejam melhores que os federais, mas pela particularidade do tema e pela capilaridade da Justiça do Trabalho no Brasil", disse. O magistrado também informou que a Justiça do Trabalho tem feito o seu papel, aproximando-se cada vez mais dos locais onde ocorre a prática, inclusive utilizando-se de mecanismos como a Justiça itinerante.

"Não que os juízes do Trabalho sejam melhores que os federais, mas pela particularidade do tema e pela capilaridade da Justiça do Trabalho no Brasil"

Renato Sant'Anna

Sobre esse assunto tramita na Câmara dos Deputados a PEC 327/2009, que confere à Justiça do Trabalho a competência penal, especialmente em relação aos crimes contra a organização do Trabalho, os decorrentes das relações de trabalho, sindicais ou do exercício do direito de greve, a redução do trabalhador à condição análoga à de escravo, aos crimes praticados contra a administração da Justiça do Trabalho e a outros delitos que envolvam o trabalho humano. A proposta aguarda votação de parecer do relator, deputado Delegado Protógenes (PCdoB-SP), pela admissibilidade da matéria.

Também participaram da audiência os deputados federais Domingos Dutra (PT-MA) e Valmir Assunção (PT/BA), os senadores Eduardo Amorim (PSC-SE) e Cristovam Buarque (PDT-DF), a secretária de inspeção do trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Vera Lúcia Albuquerque, o ex-senador da República José Nery, a presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho, Rosângela Rassy, o representante da Comissão Pastoral da Terra, Frei Xavier Plassat, o representante da Secretaria de Direitos Humanos, José Guerra, o assessor da Secretaria de Assalariados Rurais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Carlos Eduardo Silva, o vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil, Fabrício Fernandes, o coordenador do Projeto de Combate ao Trabalho Escravo da OIT, Luiz Machado, e o procurador do Trabalho da 10ª Região Erlan José Peixoto do Prado. *A*

A logomarca oficial do evento (ao lado) também já foi escolhida, em reunião da Comissão Organizadora do evento, realizada na sede da Anamatra este mês.



16º Conamat: Comissões discutem detalhes da realização do congresso em João Pessoa

O diretor de Eventos e Convênios da Anamatra, André Cavalcanti, recebeu no dia 28, na sede da Anamatra 13 em João Pessoa (PB), magistrados integrantes da Comissão Científica do 16º Conamat. Na ocasião, foram discutidos assuntos relativos à programação científica do evento. O 16º Conamat acontecerá de 1º a 4 de maio de 2012 na capital paraibana e terá como tema central “Uma nova sociedade. Um novo juiz do Trabalho”.

A logomarca oficial do evento também já foi escolhida, em reunião da Comissão Organizadora do evento, realizada na sede da Anamatra este mês. Na ocasião, também foram definidos os locais de realização da programação do Congresso: a abertura e o jantar de confraternização serão realizados no Paço dos Leões e a programação científica, nos auditórios e salas do Hotel Tropical Tambaú.


Além das reuniões, diversos magistrados fizeram uma visita técnica aos locais onde acontecerão a solenidade de abertura, a programação científica e a festa de encerramento. 



Foto: Arquivo Anamatra 13

Anamatra lançará Cartilha do Direito Internacional do Trabalho no Peru

A Cartilha do Direito Internacional do Trabalho nas línguas espanhola e francesa será lançada no dia 12 de agosto durante o 22º Encontro dos Juizes do Trabalho do Rio Grande do Sul, que será realizado em Lima, no Peru. As edições em português e inglês já foram apresentadas durante a 100ª Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra.

A iniciativa da publicação é resultado de protocolo de cooperação firmado entre a Anamatra e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em agosto do ano passado. O objetivo da Anamatra e da OIT ao criarem e traduzirem a Cartilha é fazer com que as normas internacionais e os direitos e deveres dos cidadãos sejam conhecidos, de forma clara, simples e didática, por jovens e trabalhadores do mundo todo. *A*

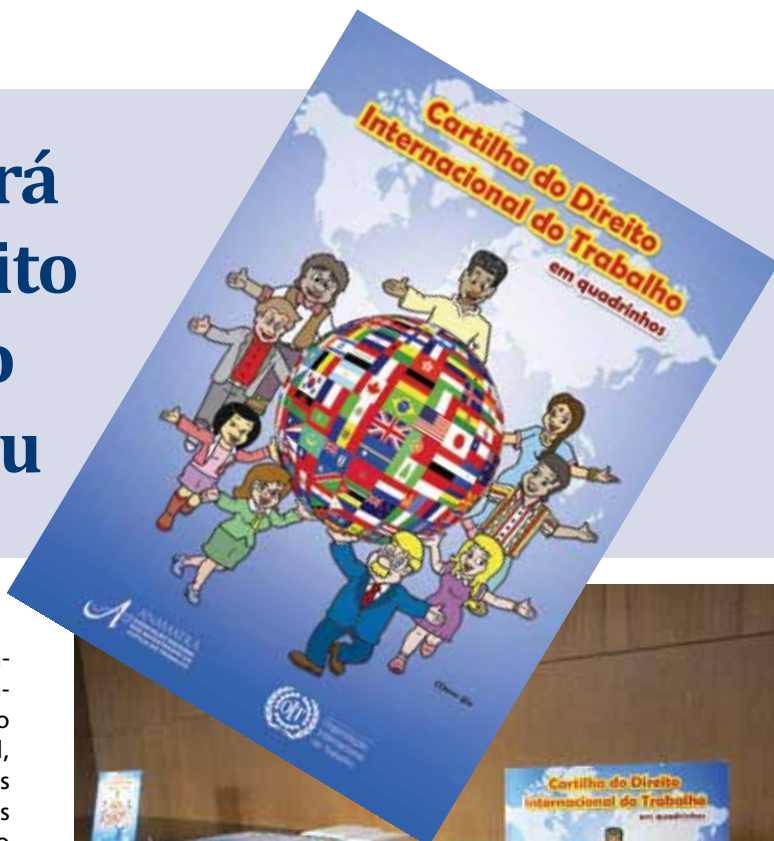


Foto: Arquivo Anamatra

Sétima Turma do TST homenageia participantes brasileiros da 100ª Conferência Internacional do Trabalho

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) registrou homenagem, na sessão do dia 22 de junho, aos participantes brasileiros da 100ª Conferência Internacional do Trabalho, realizada em junho, em Genebra. Dentre os homenageados está o secretário-geral da Anamatra, Fabrício Nogueira.

“Nós, representantes da Justiça do Trabalho brasileira, tivemos oportunidade de prestar colaboração no processo de discussão e votação da Convenção e Recomendação do Trabalho Doméstico”, afirmou a ministra Dalaíde Miranda Arantes. “Preciso destacar alguns nomes de pessoas da delegação que também prestaram enorme colaboração, que nos receberam muito

bem em Genebra e que fizeram parte desse trabalho conjunto”, acrescentou, antes de mencionar autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

“A despeito do muito que ainda temos por fazer, essa reunião anual da OIT é uma boa oportunidade para que nós – pelo menos em termos de comparação – percebamos como o nosso país já evoluiu, embora tenha muito ainda que evoluir”, comentou o presidente da Sétima Turma, ministro Pedro Paulo Teixeira Manus.

Pelo TST, participaram da Conferência o presidente, ministro João Oreste Dalazen, e os ministros Delaíde Alves Miranda Arantes, Alberto Bresciani e Walmir Oliveira. *A*



Porto de Galinhas-PE

JOGOS NACIONAIS DA ANAMATRA 2011

De 29 de outubro a 2 de novembro de 2011

INSCRIÇÕES ABERTAS!

As inscrições para os Jogos Nacionais 2011 estão abertas e devem ser feitas exclusivamente no site do evento, através do preenchimento do formulário on-line. Acesse www.jogosnacionais.com.br ou clique no banner do evento, localizado nas páginas da Anamatra (www.anamatra.org.br) e da Amatra 6 (www.amatra6.com.br).

No site oficial dos Jogos Nacionais também é possível encontrar informações sobre as modalidades, conferir o inteiro teor do regulamento e a programação completa, além de visualizar os resultados de todas as competições de 2010.

A 7ª edição do evento trará algumas novidades. A primeira delas é a modalidade tiro esportivo, nas categorias masculina e feminina. A segunda é a caminhada de quase 2,5km, que vem atender antigo pleito dos magistrados aposentados. A natação e a corrida rústica possuem nova divisão de faixa etária: até 39 anos, de 40 a 55 anos e a partir de 56 anos. A natação deixou de ter limite de prova por participante e o tênis de dupla foi estendido, também, à categoria feminina. A fusão de Amatras é permitida nas modalidades futebol e tênis de dupla (masculino e feminino).

A Luck Viagens está comercializando as tarifas dos hotéis conveniados ao evento, além de bilhete aéreo, passeios e transfer Recife – Porto de Galinhas – Recife, para participantes vindos de outros estados. Confira na tabela ao lado os hotéis que ainda possuem disponibilidade de vagas* e as tarifas praticadas:

Modalidades da edição 2011

- Caminhada 2,5km;
- Corrida rústica 5km e 10km;
- Dominó;
- Futebol society;
- Natação;
- Tênis – individual/dupla;
- Tênis de mesa;
- Tiro esportivo;
- Vôlei de praia;
- Xadrez.

SUMMERVILLE BEACH RESORT			
Pacote 4 noites - 29/10 a 2/11/2011			
Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 2.393,00	R\$ 1.388,00	R\$ 1.156,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 599,00	R\$ 347,00	R\$ 289,00
Pacote 7 noites - 29/10 a 5/11/2011			
Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 3.373,00	R\$ 1.946,00	R\$ 1.752,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 482,00	R\$ 277,00	R\$ 251,00
BEACH CLASS RESORT			
Pacote 4 noites - 29/10 a 2/11/2011			
Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 1.577,00	R\$ 1.060,00	R\$ 847,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 395,00	R\$ 265,00	R\$ 212,00
VILLAGE			
Pacote 4 noites - 29/10 a 2/11/2011			
Tipo de acomodação	Single	Duplo/ por pessoa	Triplo/ por pessoa
	R\$ 1.370,00	R\$ 772,00	R\$ 673,00
Noite extra/ por pessoa	R\$ 343,00	R\$ 193,00	R\$ 169,00

* Conforme informações da Luck Viagens em 11/08/2011.

IMPORTANTE:

a organização do evento não tem nenhuma responsabilidade sobre a comercialização de hospedagem, bilhete aéreo, transfer (aeroporto-hotel-aeroporto) e passeios.

Luck Viagens

Fones: (81) 3366-6202 /
6203 / 6204 / 6205

E-mail:
luckeventos@luckviagens.com.br

Esperamos por você!

Comissão Organizadora

